

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Novembro/2016



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos de
Advogado

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'G', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Planejamento e disciplina são fatores importantes para o sucesso.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova de Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Lições erradas

Dividimos a história em eras, com começo e fim bem definidos, e mesmo que a ordem seja imposta depois dos fatos – a gente vive para a frente mas compreende para trás, ninguém na época disse “Oba, começou a Renascença!” – é bom acreditar que os fatos têm coerência, e sentido, e lições. Mas podemos aprender a lição errada.

*A gente fala nos loucos anos 20, quando várias liberdades novas começavam a ser experimentadas, e esquece que foi a era que gerou o fascismo e outras formas liberticidas. O espírito da “era do jazz” foi também o espírito totalitário. Prevaleceram não os passos do **charleston***, mas os passos de ganso dos nazistas.*

A leitura convencional dos anos 40 é que foram os anos em que os Estados Unidos salvaram a Europa dela mesma. Na verdade, a Segunda Guerra salvou os Estados Unidos, acabou com a crise econômica que sobrara dos anos 30, fortalecendo a sua indústria ao mesmo tempo que os poupava da destruição que liquidou a Europa, fortalecendo um sistema econômico que mantém sua economia saudável até hoje. O fim da Segunda Guerra foi o começo da era americana. Os americanos salvaram o mundo – e ficaram com ele.

Já nos fabulosos anos 60, enquanto as drogas, o sexo e a comunhão dos jovens pela paz e contra tudo o que era velho tomavam conta das praças e das ruas, o conservadorismo se entrincheirava no poder.

Quando fizerem, no futuro, a leitura de nossa época, qual será a conclusão errada?

***Charleston** = dança de salão muito difundida na década de 20

(Adaptado de: VERISSIMO, Luís Fernando. **Banquete com os deuses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 207/208)

1. O título do texto – “Lições erradas” – prende-se ao fato de que, na visão do autor, as experiências históricas
 - (A) deixam para a posteridade ensinamentos que ajudam a iluminar os fatos contemporâneos.
 - (B) são frequentemente interpretadas de modo a falsear o sentido que deveria ser reconhecido.
 - (C) dificilmente são verdadeiramente compreendidas por aqueles que mais sofreram com elas.
 - (D) por vezes deixam lições que os homens não aproveitam por conta de seu egoísmo.
 - (E) não costumam ter nenhuma consequência quando os homens não refletem sobre elas.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. A ironia da frase “Oba, começou a Renascença!” deve-se ao fato de que só uma perspectiva histórica, e apenas ela, seria capaz de fixar a demarcação das eras da civilização.
 - II. O autor considera que os passos do **charleston** já prenunciavam a rigidez e a hostilidade que expressavam, nos desfiles militares, os passos de ganso dos soldados nazistas.
 - III. A expressão *leitura convencional* (3º parágrafo) traduz, neste contexto, o modo pelo qual todos deveríamos entender o que de fato se passou nos anos 40, com a Segunda Guerra.Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, está plenamente adequada a tradução do sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mesmo que a ordem seja imposta depois dos fatos* (1º parágrafo) = ainda quando a sequência seja anterior.
 - (B) *foi também o espírito totalitário* (2º parágrafo) = alcançou ainda o mérito de uma totalidade.
 - (C) *fortalecendo um sistema econômico* (3º parágrafo) = implementando um modelo mais restritivo.
 - (D) *a comunhão dos jovens pela paz* (4º parágrafo) = a consagração dos moços pacificados.
 - (E) *se entrincheirava no poder* (4º parágrafo) = protegia-se na posição de força.



4. O autor se vale da atuação dos Estados Unidos na Segunda Guerra para demonstrar uma “lição errada” específica, qual seja, a de que esse país,
- (A) interessado em abreviar o curso dos acontecimentos bélicos, acabou por prolongá-los e tirar proveito disso.
 - (B) para poupar sua indústria de maiores prejuízos, fortaleceu seu sistema econômico enquanto outros países guerreavam.
 - (C) tendo uma participação vitoriosa como libertador do mundo, soube fazer disso uma plataforma para o seu poderio
 - (D) tirando proveito da crise econômica de 1930, alavancou sua indústria para atingir a prosperidade na década seguinte.
 - (E) atingido pela crise econômica generalizada, conseguiu aliviá-la ao entrar de modo irrefletido na Segunda Guerra.
-
5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A divisão da história em várias eras ocorrem, em grande parte, considerando-se alguns marcos históricos com que ela se constitui.
 - (B) Os homens passam a enxergar a história como uma linha de coerências por que esse valor é atribuído a elas apenas postumamente.
 - (C) O autor nos lembra de que os anos vinte, alegres e dançantes, eram também uma época de cuja participava a ideologia fascista, que era o seu oposto.
 - (D) É bem possível, à julgar pelos fatos que tem ocorrido, que também os dias que estamos vivendo hoje venham a ser mau interpretados no futuro.
 - (E) Se nos anos 60, por um lado, os jovens entregavam-se a práticas libertárias e festivas, por outro se impunha a força do conservadorismo político.
-
6. As formas verbais mantêm adequada correlação entre os tempos e os modos e concordam regularmente com seus sujeitos em:
- (A) Se aprendêssemos as lições da História, não teremos voltado a repisar os mesmos erros que se cometeu no passado.
 - (B) Caso os Estados Unidos não se aliasse aos demais países, a Segunda Guerra terá alcançado proporções ainda mais trágicas.
 - (C) Quando vierem a avaliar a história dos nossos dias, aprenderiam algo com as lições que legaram nossa época?
 - (D) O humor e a ironia do autor seriam menos eficazes caso seus dotes de analista não seja também um seu atributo.
 - (E) Ninguém haveria de aprender lições erradas, com a História, se não nos contentassem as explicações mais simplórias.
-
7. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *Na verdade, a Segunda Guerra salvou os Estados Unidos (...), fortalecendo a sua indústria*, as formas verbais resultantes deverão ser, nesta ordem:
- (A) terá salvado – terá fortalecido
 - (B) foram salvos – sendo fortalecida
 - (C) salvaram-se – estando fortalecida
 - (D) tinham salvado – fortaleceu-se
 - (E) terão sido salvos – vindo a fortalecer
-
8. *Quando fizerem, no futuro, a leitura de nossa época, qual será a conclusão errada?*
- Analisando-se a construção sintática da frase acima, é correto observar que
- (A) a forma verbal *fizerem* tem o mesmo sujeito da forma verbal *será*.
 - (B) está indeterminado o sujeito da forma verbal *fizerem*.
 - (C) a expressão *Quando fizerem* tem o valor de uma condicional.
 - (D) *a leitura de nossa época* exerce a função de sujeito.
 - (E) *no futuro* é exemplo de uma oração intercalada.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, considere o texto abaixo.

Leituras e adolescência

No meu tempo de ensino médio, entrada da adolescência, os livros de Português ou as “seletas” adotadas eram implacáveis: não se buscava o gosto já formado do estudante, ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX. Modernismo? Quase nada (certamente uma pena, diga-se). Se algumas dessas leituras nos chateavam bastante, outras, por diversas razões, prendiam nosso interesse.

Intrigava-nos uma palavra nova, uma expressão curiosa, uma construção sintática desconhecida, e nossa imaginação era chamada a frequentar linguagens incomuns. Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes, entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço: chamavam-nos para as diferenças e desafios da literatura adulta, para o impacto que ela promovia em nós. Certamente havia aberrações nessa didática conservadora, mas havia também o estímulo para a dificuldade e para o desconhecido, para o inabitual e o “novo” que pode haver no “velho”.

Mas a recomendação que se pode fazer, sem querer recuar para programas obsoletos ou rígidas opções, é esta: tirar o estudante do trono em que a sociedade de consumo e a pedagogia da facilitação o colocaram e lhe oferecer um espelho no qual, em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido, veja também tudo o que está ao seu lado, e logo atrás dele, e muito atrás dele, alimentando ainda sua mais acesa expectativa quanto ao que estará por vir.

(Tibúrcio Calógeras, *inédito*)

9. Considerando-se a função dos parágrafos na estruturação do texto, é adequado afirmar:

- (A) nos três parágrafos, desenvolvem-se as medidas que, segundo o autor, deveriam ser adotadas para um maior aprimoramento do nível de leitura dos alunos.
- (B) no 1º parágrafo, recrimina-se o antigo uso escolar de se apresentarem aos alunos textos ultrapassados e sem valor, que desagradavam a todos.
- (C) no 2º parágrafo, faz-se uma digressão acerca das dificuldades e do esforço inútil que faziam os alunos diante de textos que não lhes cativavam a atenção.
- (D) no 3º parágrafo, sugere-se que os alunos sejam convidados a um esforço de leitura, diante de textos que representem um desafio à acomodação que neles se estimula.
- (E) nos dois primeiros parágrafos, a leitura de clássicos antigos é vista como um sacrifício que o aluno precisa assumir para vencer seu desinteresse pelos temas mais profundos.

10. Constituem uma relação de **causa e efeito**, nessa ordem, os seguintes segmentos:

- (A) *ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX / algumas dessas leituras nos chateavam bastante*
- (B) *nossa imaginação era chamada / a frequentar linguagens incomuns*
- (C) *Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes / entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço*
- (D) *havia aberrações nessa didática conservadora / havia também o estímulo para a dificuldade*
- (E) *lhe oferecer um espelho no qual / em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido*

11. Considerando-se o contexto, comprova-se uma plena compreensão do sentido de um segmento do texto em:

- (A) *as “seletas” adotadas eram implacáveis* (1º parágrafo) = as antologias valorizadas eram perniciosas.
- (B) *Modernismo? Quase nada* (1º parágrafo) = o Modernismo ainda estava por ocorrer.
- (C) *não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes* (2º parágrafo) = não se era condescendente com os jovens.
- (D) *havia aberrações nessa didática conservadora* (2º parágrafo) = essa pedagogia ineficaz tinha algumas qualidades.
- (E) *sem querer recuar para programas obsoletos* (3º parágrafo) = sem o anacronismo de programas subjetivos.

12. Por falta de correção e de coesão textual, é preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) Em tempos passados era usual que se adotassem nas escolas, para a formação dos jovens leitores, textos de prestígio, escritos por autores clássicos do século XIX.
- (B) Prestigiosos autores de livros clássicos eram frequentados, em idos tempos, pelos jovens da época, que pouco chegavam a conhecer dos autores modernos.
- (C) Aos jovens alunos das escolas do passado não era facultado o acesso a autores modernos, a estes preferindo-se os escritores consagrados do século XIX.
- (D) Como não lhes era possível qualquer familiarização com os autores modernos, haja vista que aos alunos cabiam tão somente a leitura dos clássicos já prestigiados.
- (E) Ainda que pudessem se interessar pela leitura de escritores modernos, os alunos das escolas antigas viam-se compelidos a ler, sobretudo, os autores clássicos.



13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar corretamente a seguinte frase:

- (A) Não se (**atribuir**) aos jovens a responsabilidade pelos livros que devem ler, consoante seu exclusivo interesse.
- (B) Pode ocorrer que (**faltar**) a um jovem leitor os atributos que o levem a escolher bem o que deva ler.
- (C) Por que (**haver**) de faltar aos jovens o requisito necessário para fazerem suas próprias escolhas?
- (D) São muitos os que (**atrair**) uma boa leitura, seja ela a de um romance tradicional ou experimental.
- (E) Não se (**dever**) permitir que os jovens tivessem seu gosto literário manipulado pela sociedade de consumo.

14. *Quanto ao hábito da leitura, devemos todos estimular o hábito de leitura entre os jovens, de modo que venham a adquirir o hábito de leitura acompanhado do prazer que ao hábito de leitura se agrega.*

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) estimular-lhe – adquirir-lhe – nele se agrega
- (B) estimulá-lo – lhe adquirir – a ele se agrega
- (C) estimular-lhe – adquiri-lo – se agrega ao mesmo
- (D) lhe estimular – o adquirir – lhe agrega-se
- (E) estimulá-lo – adquiri-lo – se lhe agrega

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, considere o texto abaixo.

O código de ética médica

Sabe-se, segundo informa o site da entidade, que “o último trabalho de revisão do Código de Ética da Associação Médica Americana aconteceu em 2007 sobre um documento que vigorava há quase 20 anos”. Sabe-se ainda que, “após quase dois anos de estudos preparatórios, com comissões estaduais e nacionais multidisciplinares, consulta pública pela internet e cerca de três mil propostas de modificação, quase quatro centenas de médicos, delegados de toda a Federação, revisaram e atualizaram o Código”.

São, de fato, assuntos importantes – e por vezes melindrosos – os revistos pela Federação. Entre eles, o da terminalidade da vida será talvez o mais polêmico, por envolver operações como a eutanásia, ou morte assistida, consideradas atos humanitários, por uns, e, por outros, intervenções inaceitáveis da medicina. Tem-se a impressão de que, com o tempo, a posição mais objetiva e piedosa poderá prevalecer. A medicina não existe para prolongar a dor do paciente terminal.

(<https://academiamedica.com.br/revisao-do-codigo-de-etica-medica-mudancas-em-favor-da-medicina-e-da-sociedade>)

15. Na última revisão do Código Ético da Associação Médica Americana, promoveu-se uma série de revisões do código anterior, abrindo-se espaço para questões polêmicas, como a terminalidade da vida, tema esse que

- (A) só alcança consenso quanto à necessidade de se abreviar a dor do paciente terminal.
- (B) provoca na maioria dos médicos mais objetivos uma pronta rejeição quanto à eutanásia.
- (C) abre controvérsias quanto ao que seja um desfecho aceitável da vida de um paciente terminal.
- (D) implica soluções humanitárias para as quais a medicina ainda não está tecnicamente preparada.
- (E) faz esquecer os aspectos éticos de operações como a eutanásia ou a morte assistida.

16. *Tem-se a impressão de que, com o tempo, a posição mais objetiva e piedosa poderá prevalecer.*

A medicina não existe para prolongar a dor do paciente terminal.

Considerando-se a justaposição dessas duas afirmações finais do texto, deve-se concluir que

- (A) cada uma delas reflete uma das posições contrárias da polêmica aberta pela questão da terminalidade da vida.
- (B) ambas, por serem contraditórias entre si, refletem a posição ambivalente do autor do texto.
- (C) a primeira afirmação faz crer numa posição que acaba sendo inteiramente negada pela segunda.
- (D) a segunda afirmação afasta qualquer dúvida que pudesse ter ficado quanto à compreensão da primeira.
- (E) não há entre ambas alguma relação que incida sobre o posicionamento pessoal do autor do texto.



17. É plenamente aceitável, quanto à correção e à clareza, esta **nova redação** de uma informação do texto:

- (A) Uma das duas posições que constituem a polêmica é considerada a mais objetiva e piedosa.
- (B) Cerca de quatro centenas de médicos envolveram-se com o Código de cuja revisão procederam.
- (C) Constam, entre os assuntos revistos pela Federação, a questão da terminalidade da vida.
- (D) Devem-se a operações como a eutanásia ou a morte assistida o teor de polêmica que envolvem.
- (E) Há quase vinte anos reveram-se aspectos do Código de Ética da Associação Médica Americana.

18. Está correto o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) Entre os assuntos revistos a que se deve dar importância está o da terminalidade da vida.
- (B) As operações a que se atribuem um caráter polêmico dizem respeito à terminalidade da vida.
- (C) A terminalidade da vida, tema de cujos aspectos derivam tanta polêmica, foi considerada na revisão do Código.
- (D) Quanto à terminalidade da vida, onde a polêmica se acrescenta muita paixão, ainda há muito o que debater.
- (E) Qualquer das posições da polêmica a que se queiram defender levantará uma série de objeções.

19. A supressão da vírgula altera o sentido da frase em:

- I. Finalmente, processou-se a tão esperada revisão do Código de Ética.
- II. Foram consideradas com prudência as normas éticas, discutidas nesse Código.
- III. São cruciais os aspectos da terminalidade da vida, que esse Código não deixou de problematizar.

Atende ao enunciado o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

20. Considerando-se aspectos da construção desse texto, é correto afirmar que

- (A) o sujeito da forma *Sabe-se*, que inicia o texto, é o *site*.
- (B) o sentido de *por vezes melindrosos* (2º parágrafo) é alterado caso se substitua por *conquanto melindrosos*.
- (C) as expressões *por uns* e *por outros* (2º parágrafo) indicam, no contexto, duas posições conciliatórias.
- (D) *eutanásia* e *morte assistida* (2º parágrafo) são, respectivamente, um ato humanitário e uma intervenção inaceitável.
- (E) a oração *para prolongar a dor do paciente terminal* exerce a função de sujeito da oração que a antecede.

Matemática e Raciocínio Lógico

21. Alguns funcionários foram contratados e serão alocados em vários postos de saúde de um município. O ideal seria alocar 12 funcionários em cada posto de saúde, porém, nesse caso faltariam 20 funcionários. Não tendo sido possível o ideal, então, foram alocados 11 funcionários em cada posto e sobraram 11 funcionários, que foram alocados no hospital do município. A porcentagem dos funcionários contratados que foram alocados no hospital do município foi igual a

- (A) 4,225%.
- (B) 3,125%.
- (C) 2,825%.
- (D) 7,025%.
- (E) 3,625%.



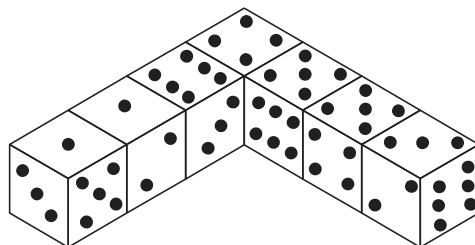
22. Alberto gasta para realizar metade de um serviço o mesmo tempo que Bernardo gasta para realizar $\frac{5}{6}$ do mesmo serviço. Se Alberto e Bernardo realizam, juntos, o serviço em 15 dias, então Alberto realizaria, sozinho, o serviço completo em
- (A) 20 dias.
(B) 24 dias.
(C) 42 dias.
(D) 36 dias.
(E) 40 dias.

23. Em dezembro serão vistoriados 10 estabelecimentos de saúde, sendo 2 hospitais, 1 pronto-socorro, 3 ambulatórios e 4 postos de saúde. Sorteando-se ao acaso a ordem de visita dos 10 estabelecimentos, a probabilidade de que os dois primeiros sejam postos de saúde é igual a
- (A) $\frac{2}{15}$.
(B) $\frac{4}{25}$.
(C) $\frac{2}{25}$.
(D) $\frac{3}{20}$.
(E) $\frac{3}{25}$.

24. Ângela, Beatriz, Carlos e Débora concluíram seus cursos superiores de jornalismo, direito, administração de empresas e computação, não necessariamente nessa ordem, e cada um deles em um único dos quatro cursos. Sabe-se que:
- Beatriz não fez jornalismo;
 - Se Carlos é formado em direito, então Ângela é formada em computação;
 - Débora ainda quer fazer curso superior de computação;
 - Carlos teria feito jornalismo se Ângela não tivesse concluído esse curso, como ela o fez;
 - Beatriz fazia curso superior de computação, mas mudou para administração de empresas, curso que concluiu.

Nas condições descritas, Ângela e Débora concluíram, respectivamente, os cursos de

- (A) administração de empresas e direito.
(B) jornalismo e administração de empresas.
(C) computação e administração de empresas.
(D) jornalismo e direito.
(E) direito e jornalismo.
25. A figura mostra sete dados de seis faces, dos quais seis são convencionais (faces marcadas de 1 a 6 pontos), e um deles possui marcação de 2 pontos em cinco faces.

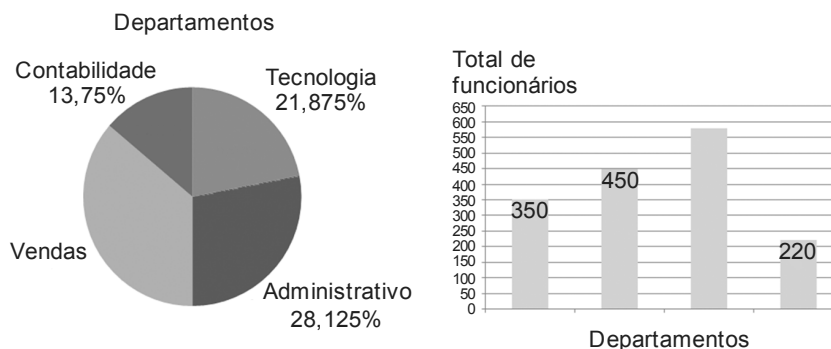


Se x o total de pontos possíveis marcados nas faces não visíveis dos sete dados na posição indicada na figura, os valores mínimo e máximo de x são, respectivamente,

- (A) 83 e 84.
(B) 81 e 86.
(C) 81 e 84.
(D) 83 e 86.
(E) 83 e 87.



26. Um contador possui mais do que 130 livros. Quando ele empilha os livros de 3 em 3, sobra um livro. Quando ele empilha de 4 em 4, também sobra um livro, mas quando ele empilha de 7 em 7, nenhum livro sobra. Sendo x o menor número natural que atende às condições do problema, a soma dos algarismos de x é igual a
- (A) 7.
(B) 9.
(C) 19.
(D) 10.
(E) 11.
27. O setor administrativo de uma empresa possui seis funcionários, todos com salários diferentes entre si. Considerando apenas o maior e o menor dos seis salários, a média é igual a R\$ 2.500,00, e considerando apenas os quatro outros salários, a média é igual a R\$ 2.200,00. Se apenas um dos seis salários for reajustado em R\$ 138,00, a nova média salarial dos seis funcionários, comparada à média anterior do grupo, aumentará em
- (A) 0,6%.
(B) 1,3%.
(C) 0,7%.
(D) 1,0%.
(E) 0,9%.
28. Na prestação de um serviço, o técnico contratado cobra R\$ 50,00 fixos pela visita, mais R\$ 80,00 por hora trabalhada durante as 4 primeiras horas. A partir da 5ª hora o técnico passa a cobrar 60% menos por hora trabalhada. Sendo x o total de horas trabalhadas por esse técnico em um desses serviços, a fórmula correta para o cálculo do valor a ser cobrado por ele, em reais, quando x é um número natural maior ou igual a 5, é
- (A) $306 + 32x$.
(B) $370 + 48x$.
(C) $242 + 48x$.
(D) $242 + 32x$.
(E) $370 + 32x$.
29. Em um grupo de 55 pessoas, 32 possuem plano médico de saúde, 25 possuem plano odontológico, 33 possuem plano de previdência e 4 possuem os três planos citados anteriormente. Se cada uma das 55 pessoas possui ao menos dois dos três planos citados, o número de pessoas desse grupo que possui exatamente dois dos três planos citados é igual a
- (A) 40.
(B) 43.
(C) 39.
(D) 35.
(E) 38.
30. Uma empresa possui funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários dessa empresa que trabalham no setor de vendas é igual a

- (A) 578.
(B) 580.
(C) 576.
(D) 582.
(E) 585.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Considere a seguinte situação hipotética: Kaila, celebrou contrato de prestação de serviços médicos, com o cirurgião plástico, Dr. X, visando uma mamoplastia redutora. Após a realização da cirurgia, Kaila, sem qualquer motivo, se arrependeu da realização da referida cirurgia, ajuizando ação de reparação de danos morais e estéticos em face do Dr. X. O trabalho do Dr. X foi impecável e a cirurgia ocorreu da forma pela qual foi solicitada expressamente por Kaila. Na referida ação, Kaila altera a verdade dos fatos deliberadamente visando a obtenção de vantagem indevida. Durante a instrução processual, o magistrado percebe que Kaila está litigando de má-fé e, ao proferir a sentença de improcedência, condena de ofício Kaila a pagar multa de 7% sobre o valor corrigido da causa e a indenizar Dr. X pelos prejuízos que este sofreu com o ajuizamento da demanda, bem como em honorários advocatícios sucumbenciais e todas as despesas que Dr. X efetuou. Neste caso, segundo o Código de Processo Civil, o magistrado
- (A) aplicou corretamente as penalidades inerentes à litigância de má-fé, mas não poderia ter feito de ofício, uma vez que tal condenação necessita de requerimento expresso da parte contrária.
 - (B) aplicou corretamente as penalidades inerentes à litigância de má-fé, sendo permitida a condenação de ofício.
 - (C) não aplicou corretamente as penalidades inerentes à litigância de má-fé, uma vez que a multa é limitada em 5% sobre o valor corrigido da causa.
 - (D) não aplicou corretamente as penalidades inerentes à litigância de má-fé, uma vez que a multa é limitada em 3% sobre o valor corrigido da causa.
 - (E) não aplicou corretamente as penalidades inerentes à litigância de má-fé, uma vez que a multa é limitada em 2% sobre o valor corrigido da causa.
-
32. Com relação à Assistência, considere:
- I. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
 - II. Na assistência simples, sendo revel o assistido, o assistente será considerado revel também.
 - III. Assistência simples obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou renuncie ao direito sobre o que se funda a ação.
 - IV. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.
- De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.
-
33. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica
- (A) é um processo exclusivo, cujas disposições previstas no Código de Processo Civil não se aplicam à hipótese de desconconsideração inversa da personalidade jurídica.
 - (B) é cabível apenas no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
 - (C) será instaurado a pedido da parte e o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de cinco dias.
 - (D) será instaurado a pedido da parte e o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de dez dias.
 - (E) será resolvido por decisão interlocutória sendo que, se a decisão for proferida pelo relator, caberá agravo interno.
-
34. Considere a seguinte situação hipotética: No processo "X", o perito judicial prestou informações inverídicas que acabaram comprometendo a instrução processual e o deslinde da controvérsia. Considerando que o perito agiu com culpa, não possuindo a intenção deliberada de prestar as informações inverídicas, de acordo com o Código de Processo Civil, o perito responderá pelos prejuízos que causar à parte
- (A) mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias uma vez que não agiu com dolo.
 - (B) e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de até três anos, independentemente das demais sanções previstas em lei.
 - (C) e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei.
 - (D) e somente não ficará inabilitado para atuar em outras perícias se comprovar que a conduta culposa praticada decorreu de ato omissivo.
 - (E) e somente não ficará inabilitado para atuar em outras perícias se comprovar que a conduta culposa praticada decorreu de ato comissivo.



35. De acordo com entendimento Sumulado do TST, não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnaram os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida. Este entendimento
- (A) se aplica em relação à motivação secundária e impertinente consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática.
 - (B) se aplica apenas em relação à motivação secundária e impertinente consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso.
 - (C) se aplica apenas em relação à motivação secundária e impertinente consubstanciada em decisão monocrática.
 - (D) é inaplicável ao recurso ordinário da competência de Tribunal Regional do Trabalho, exceto em caso de recurso cuja motivação é inteiramente dissociada dos fundamentos da sentença.
 - (E) é inaplicável ao recurso ordinário da competência de Tribunal Regional do Trabalho, sem qualquer exceção.
-
36. Na reclamação trabalhista "Y" foi constatada a insalubridade por meio de laudo pericial. Porém, a atividade pela qual foi constatada a insalubridade pelo respectivo laudo não está classificada como atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST,
- (A) não haverá direito ao recebimento do adicional de insalubridade.
 - (B) será devido adicional de insalubridade no grau máximo, ou seja, 40% sobre o salário mínimo da região.
 - (C) será devido adicional de insalubridade no grau médio, ou seja, 20% sobre o salário mínimo da região.
 - (D) será devido adicional de insalubridade no grau mínimo, ou seja, 10% sobre o salário mínimo da região.
 - (E) será devido adicional de insalubridade no grau mínimo, ou seja, 10% sobre o salário base recebido pelo reclamante.
-
37. Considere a seguinte situação hipotética: Neste ano, em razão do trabalho executado pelos profissionais da saúde, o sindicato "Z" flexibilizou a jornada de trabalho através de Convenção Coletiva de Trabalho, aumentando para quinze minutos o limite que antecede e sucede a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST, a cláusula prevista na referida Convenção Coletiva
- (A) prevalece sobre a Consolidação das Leis do Trabalho uma vez que, as Convenções Coletivas de Trabalho podem dispor sobre trabalho extraordinário, desde que respeitem o limite legal de duas horas diárias.
 - (B) prevalece sobre a Consolidação das Leis do Trabalho uma vez que, as Convenções Coletivas de Trabalho podem dispor livremente sobre trabalho extraordinário, não havendo qualquer limitação legal.
 - (C) não prevalece sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, e sendo assim, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
 - (D) não prevalece sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, e sendo assim, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, sendo este o limite diário improrrogável.
 - (E) somente prevaleceria sobre a Consolidação das Leis do Trabalho se estivesse previsto em acordo coletivo e não em Convenção Coletiva de Trabalho.
-
38. Nefertite sofreu um aborto espontâneo na terceira semana de gestação. Em razão do referido aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, Nefertite terá direito a
- (A) duas semanas de descanso, tratando-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
 - (B) duas semanas de descanso, tratando-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
 - (C) três semana de descanso, tratando-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
 - (D) uma semana de descanso, tratando-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
 - (E) três semanas de descanso, tratando-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
-
39. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando,
- (A) revestindo a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressa na Constituição Federal.
 - (B) revestindo a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressa em lei ordinária.
 - (C) tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
 - (D) sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressa em lei.
 - (E) revestindo a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressa em portaria, regulamento ou autorização.



40. O depósito do seu montante integral e a concessão de medida liminar em mandado de segurança são hipóteses de
- (A) extinção do crédito tributário.
 - (B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - (C) suspensão da exigibilidade e extinção do crédito tributário, respectivamente.
 - (D) extinção e suspensão da exigibilidade do crédito tributário, respectivamente.
 - (E) extinção e interrupção da exigibilidade do crédito tributário, respectivamente.
-
41. No tocante a exclusão do crédito tributário, considere:
- I. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
 - II. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
 - III. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
 - IV. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I e II.
-
42. Considere a seguinte hipótese: Através de acordo judicial devidamente homologado, ficou estabelecido que Caio pagaria alimentos ao filho Lucas, com três anos de idade. Porém, passou-se um ano e Caio não pagou nenhuma prestação. No caso de Lucas, com relação à pretensão para haver as prestações alimentares devidas, é correto afirmar que,
- (A) não corre a prescrição.
 - (B) prescreve em dois anos, a partir da data em que se vencerem.
 - (C) prescreve em três anos, a partir da data em que se vencerem.
 - (D) prescreve em três anos, a partir do vencimento da última prestação não paga.
 - (E) prescreve em dois anos, a partir da data da propositura da ação.
-
43. Jaime, 35 anos, capaz, celebrou negócio jurídico com Joseane, que tem 15 anos. Fábio, 40 anos e capaz, celebrou negócio jurídico com Letícia, que tem 17 anos. Kleber, 42 anos e capaz, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido por Clotilde, que possui 20 anos e capaz, celebra com ela negócio jurídico pelo qual assume obrigação excessivamente onerosa. O negócio jurídico é
- (A) nulo na primeira hipótese e anulável nas demais.
 - (B) anulável na primeira hipótese e nulo nas demais.
 - (C) nulo em todas as hipóteses.
 - (D) anulável em todas as hipóteses.
 - (E) nulo na primeira e na segunda hipóteses e anulável na última.
-
44. João, José, Fabrício e Cláudio são condôminos de determinado bem indivisível. João deseja vender sua parte e sua conhecida, Maria, ao saber dessa informação, demonstra interesse em comprá-la. Ao dar conhecimento desse fato aos outros condôminos, estes manifestam o desejo de adquiri-la, oferecendo o mesmo preço que Maria estava disposta a pagar. Sabendo que nenhum dos condôminos tem benfeitorias e que Cláudio é o condômino que possui quinhão maior, João
- (A) deverá vender sua parte a Maria, pois foi a primeira que manifestou vontade em adquiri-la.
 - (B) não poderá vender sua parte a Maria e, com relação aos condôminos, preferirá Cláudio.
 - (C) não poderá vender sua parte a Maria e, com relação aos condôminos, haverão a parte vendida os comproprietários conjuntamente, que a quiserem, depositando previamente o preço.
 - (D) não poderá vender sua parte a Maria e, com relação aos condôminos, haverão a parte vendida os comproprietários conjuntamente, que a quiserem, sendo desnecessário depositar previamente o preço.
 - (E) poderá vender sua parte a Maria ou a qualquer um dos condôminos, a seu critério.



45. De acordo com o Código Civil, as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, sendo pessoas jurídicas de direito público interno
- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios; as autarquias, com exceção das associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
 - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as associações, as sociedades, as fundações e as organizações religiosas.
 - (C) as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, apenas.
 - (D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
 - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as organizações religiosas, os partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
-
46. Considere a seguinte hipótese: O Congresso Nacional aprovou, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, por meio do Decreto Legislativo "X" determinada Convenção sobre Direitos Humanos. A hierarquia normativa da referida Convenção Internacional, de acordo com a Constituição Federal, é de
- (A) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos, independentemente da aprovação pelo Congresso Nacional para adquirir referido *status*.
 - (C) emenda constitucional, independentemente de dispor ou não sobre Direitos Humanos.
 - (D) lei ordinária, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) lei complementar, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
-
47. Considere as seguintes hipóteses: Leopoldo é Presidente da República; Jurandir é Vice Presidente da República; Dulce é Presidente do Senado Federal; Drauzio é Presidente da Câmara dos Deputados e Cléo é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Supondo-se que, três anos após as eleições, Leopoldo perde o seu mandato e Jurandir renuncia ao cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência,
- (A) Drauzio; Dulce e Cléo, que deverão cumprir o mandato até o final, sendo, portanto, desnecessária a convocação de novas eleições.
 - (B) Drauzio; Dulce e Cléo, sendo realizada nova eleição para a escolha de representantes de ambos os cargos pela população, quarenta e cinco dias depois da última vaga, na forma da lei.
 - (C) Drauzio; Dulce e Cléo, sendo feita eleição para ambos os cargos trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (D) Dulce; Drauzio e Cléo, sendo a eleição para ambos os cargos feita quarenta e cinco dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (E) Dulce; Drauzio e Cléo, sendo a eleição para ambos os cargos feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
-
48. Considere as seguintes situações:
- I. John praticou determinado crime no seu país de origem "X" e fugiu para o Brasil. O Estado estrangeiro "X" solicita ao Brasil a extradição de John.
 - II. Kelly propôs ação visando a reparação de danos morais decorrentes de acidente de trabalho perante a Justiça do Trabalho de São Paulo. Porém, o juízo trabalhista julgou-se incompetente para a análise do caso e remeteu os autos à Justiça Estadual que, por sua vez, também julgou-se incompetente e suscitou conflito de competência.
- A competência para processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada prevista na situação I e o conflito de competência suscitado na situação II é do
- (A) Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (C) Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, em ambos os casos.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça, em ambos os casos.



49. Nívea é brasileira, tem 64 anos e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Federal. Joelma é brasileira, tem 27 anos e deseja se candidatar ao cargo de Governador. Douglas é brasileiro, tem 35 anos, é analfabeto e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Estadual. Considerando que estão presentes os demais requisitos, de acordo com a Constituição Federal, Nívea
- (A) pode se candidatar ao cargo que pretende; Joelma não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governador e Douglas não pode nem votar nem se candidatar por ser analfabeto.
 - (B) não pode se candidatar ao cargo que pretende, pois tem idade superior ao limite constitucionalmente estabelecido; Joelma não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governador e Douglas, embora possa votar, não pode se candidatar por ser analfabeto.
 - (C) e Joelma podem se candidatar aos cargos que pretendem e Douglas, embora possa votar, não pode se candidatar por ser analfabeto.
 - (D) pode se candidatar ao cargo que pretende; Joelma não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governador e Douglas, embora possa votar, não pode se candidatar por ser analfabeto.
 - (E) bem como, Joelma e Douglas podem se candidatar aos cargos que pretendem, pois estão preenchidas todas as condições de elegibilidade constitucionalmente previstas.
-
50. Uma determinada indústria siderúrgica, responsável pela fabricação e tratamento de aço e ferro fundidos, situa-se na cidade de São Paulo, próxima a residências, escolas e hospitais. Ocorre que os ruídos por ela provocados excederam, em muito, o nível do legalmente admitido, razão pela qual a empresa foi intimada administrativamente a adotar medidas para reduzir os ruídos perturbadores da coletividade. No entanto, mostrou-se inflexível, recusando-se a atender as intimações administrativas. No caso narrado, a Administração pública
- (A) poderá fechar o estabelecimento industrial por meio do exercício do poder de polícia, dada a urgência para a defesa da coletividade.
 - (B) somente poderá fechar o estabelecimento industrial por meio do exercício do poder de polícia, se houver lei expressamente autorizando tal procedimento.
 - (C) poderá fechar o estabelecimento industrial por meio do exercício do poder de polícia, no entanto, deverá remeter-se previamente ao Judiciário para obter decisão judicial que autorize a medida.
 - (D) poderá fechar o estabelecimento industrial por meio do exercício do poder de polícia, ressaltando-se que todas as medidas de polícia administrativa apresentam a característica da autoexecutoriedade.
 - (E) não poderá, em qualquer hipótese, fechar o estabelecimento industrial por meio do exercício do poder de polícia, sob pena de grave ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa.
-
51. Considere a seguinte situação hipotética: o Estado de São Paulo pretende contratar empresa pública estadual constituída com finalidade própria de assistência técnica e extensão rural e com longa experiência no atendimento à agricultura familiar no Município de São Paulo. Dessa forma, a contratação visa à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal. No caso narrado e, conforme preceitua a Lei nº 8.666/1993, a licitação é
- (A) obrigatória, na modalidade convite.
 - (B) dispensável.
 - (C) obrigatória, na modalidade concurso.
 - (D) obrigatória, na modalidade tomada de preços.
 - (E) inexigível.
-
52. José, servidor público federal e chefe de determinada repartição pública, removeu o servidor público Mateus por ausência de trabalho suficiente no local em que prestava serviço. Mateus, no entanto, comprovou o vício de motivo no ato administrativo de remoção, tendo em vista que havia acúmulo de serviço na unidade em que trabalhava. A propósito do fato narrado, o citado ato administrativo
- (A) deve, obrigatoriamente, ser anulado com efeitos *ex nunc*.
 - (B) deve ser anulado com efeitos *ex tunc*.
 - (C) não comporta anulação, exceto se houver algum outro vício no ato, como por exemplo, vício de finalidade.
 - (D) pode ou não ser anulado haja vista tratar-se de opção da Administração pública, em razão da sua soberania e discricionariedade.
 - (E) apenas admitirá a anulação se decretada pelo superior hierárquico de José, haja vista o esgotamento da competência do servidor para tanto.



53. Após o encerramento de licitação na modalidade concorrência e formalizada a contratação com a empresa vencedora do certame, cujo objeto contratual é a aquisição de equipamentos de grande vulto, seguiu-se a fase de execução contratual. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o recebimento do objeto da contratação dar-se-á mediante
- (A) recibo e os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do ente contratante, não comportando exceções.
 - (B) termo circunstanciado e os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do ente contratante, salvo disposições em contrário.
 - (C) recibo e os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da empresa contratada, salvo disposições em contrário.
 - (D) termo circunstanciado e os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da empresa contratada, salvo disposições em contrário.
 - (E) recibo e os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da empresa contratada, não comportando exceções.
-
54. O Estado de São Paulo pretende realizar licitação, na modalidade concorrência, para a construção de vultosa obra pública. Trata-se da construção de duas pontes em importante região paulista, sendo o valor da contratação estimado em R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) é possível a realização de audiência pública na licitação pretendida, que será divulgada, com antecedência mínima de quinze dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação.
 - (B) o procedimento licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável.
 - (C) não é possível a realização de audiência pública na licitação em questão, sendo cabível somente em licitações que superem o montante de quinhentos milhões de reais.
 - (D) é possível a realização de audiência pública na licitação pretendida, no entanto, terão acesso e direito às informações sobre ela pertinentes, inclusive podendo se manifestar, somente os licitantes devidamente habilitados.
 - (E) poderá ser realizada audiência pública no citado procedimento licitatório, e, nesse caso, ocorrerá trinta dias após a publicação do edital.
-
55. Cláudio é médico, reside no Município de São Paulo, e pretende candidatar-se à vaga de conselheiro federal. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 3.268/1957, a escolha dos integrantes do Conselho Federal de Medicina dar-se-á por
- (A) escrutínio secreto e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
 - (B) votação aberta ao público e maioria de votos, presentes no mínimo 10% (dez por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
 - (C) escrutínio secreto e maioria de votos, presentes no mínimo 30% (trinta por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
 - (D) votação aberta ao público e maioria de votos, presentes no mínimo 30% (trinta por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
 - (E) votação aberta ao público e maioria de votos, presentes no mínimo 20% (vinte por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
-
56. Rafaela é médica inscrita no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. No entanto, nos últimos 100 (cem) dias, Rafaela passou a exercer sua profissão, de modo permanente, no Estado do Paraná. No caso narrado, conforme preceitua a Lei nº 3.268/1957, Rafaela
- (A) não necessita adotar qualquer providência, pois apenas quando exercer atividade em outra região por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, é que ficará obrigada a requerer inscrição secundária no quadro respectivo.
 - (B) ficará obrigada a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou transferir-se para o Estado do Paraná, sujeita, em ambos os casos, à jurisdição do Conselho local pelos atos praticados em qualquer jurisdição.
 - (C) deverá, obrigatoriamente, requerer inscrição secundária no quadro respectivo, não cabendo qualquer outra alternativa, haja vista o exercício permanente da profissão em outra localidade.
 - (D) não necessita adotar qualquer providência, pois apenas quando exercer atividade em outra região por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, é que ficará obrigada a requerer inscrição secundária no quadro respectivo.
 - (E) deverá, obrigatoriamente, transferir-se para o Estado do Paraná, não cabendo qualquer outra alternativa, haja vista o exercício permanente da profissão em outra localidade.



57. Considere:

- I. Deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria.
- II. Intervir sobre o genoma humano com vista à sua modificação, exceto na terapia gênica, excluindo-se qualquer ação em células germinativas que resulte na modificação genética da descendência.
- III. Deixar de cumprir, em qualquer hipótese, as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina e de atender às suas requisições administrativas, intimações ou notificações no prazo determinado.
- IV. Deixar de comparecer ao plantão em horário preestabelecido ou abandoná-lo, mesmo estando presente um substituto.

São VEDAÇÕES impostas aos médicos, nos termos da Resolução nº 1.931/2009 do Conselho Federal de Medicina (Código de Ética Médica), o que consta em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

58. O Conselho Regional de Medicina proferiu decisão absolutória em determinado processo ético-profissional. Cumpre salientar que, no momento do mencionado julgamento, o conselheiro presidente declarou, de imediato, o trânsito em julgado da decisão absolutória. A propósito do tema e nos termos da Resolução nº 2.023/2013 do Conselho Federal de Medicina (Código de Processo-Ético Profissional), a declaração imediata do trânsito em julgado

- (A) é possível, desde que haja uma única parte denunciante, independentemente de quem seja, e que tal parte, expressamente, na sessão de julgamento, manifeste-se pela não interposição de qualquer recurso.
- (B) não é possível, em qualquer hipótese, sendo imprescindível o transcurso do prazo recursal.
- (C) é possível, desde que a única parte denunciante seja o Conselho Regional *ex officio* e o denunciado ou seu patrono esteja presente ao julgamento.
- (D) é possível desde que a única parte denunciante seja o Conselho Federal *ex officio*, não sendo necessária a presença física do denunciado ou de seu representante na sessão de julgamento.
- (E) é possível desde que a única parte denunciante seja o Conselho Federal *ex officio*, e, expressamente através de documento escrito, na sessão de julgamento, manifeste-se pela não interposição de qualquer recurso.

59. Márcia foi condenada à suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias e pretende requerer sua reabilitação ao Conselho Regional de Medicina, para a retirada do apontamento referente à mencionada condenação. Constitui requisito para a reabilitação, dentre outros, o decurso de determinado prazo após o cumprimento da pena, sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar. Esse prazo, conforme preceitua a Resolução nº 2.023/2013 do Conselho Federal de Medicina (Código de Processo-Ético Profissional), é de

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 7 (sete) anos.
- (C) 8 (oito) anos.
- (D) 3 (três) anos.
- (E) 2 (dois) anos.

60. Manoel é médico há trinta anos, sendo que, nos últimos dois anos do exercício de sua profissão, vem cuidando de Michele, paciente que sofre da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, já muito debilitada, por conta da doença estar em estágio terminal. Em razão da moléstia incurável de Michele, Manoel decide não mais cuidar da paciente, sugerindo-lhe que procure outro profissional. A propósito do tema e considerando as disposições do Código de Ética Médica (Resolução nº 1.931/2009), é correto afirmar que Manoel

- (A) poderá abandonar Michele se houver motivo justo, que, nesse caso, dispensa comunicação à paciente ou mesmo aos seus familiares.
- (B) não poderá, em qualquer hipótese, abandonar a paciente, sob pena de violação ao Código de Ética Médica, ressaltando-se que a vedação ao abandono aplica-se a quaisquer tipo de moléstias, graves ou não.
- (C) poderá, independentemente de haver ou não motivo justo, declinar dos cuidados à paciente, sugerindo que procure outro profissional, por se tratar de um direito legalmente assegurado, além de representar o livre exercício da profissão.
- (D) está proibido, em qualquer hipótese, de abandonar Michele, em razão do Código de Ética Médica vedar tal atitude apenas para pacientes que sofrem de moléstia grave e incurável, devendo continuar assistindo-a, ainda que para cuidados paliativos.
- (E) apenas poderá abandonar Michele se houver motivo justo, comunicado à Michele ou a seus familiares, uma vez que deverá assisti-la ainda que para cuidados paliativos.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.4 Na Prova de Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.6 Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.8 Na Prova de Redação deverão ser rigorosamente observados os limites: mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Se a justiça é “a constante coordenação racional das relações intersubjetivas, para que cada homem possa realizar, livremente, seus valores potenciais visando a atingir a plenitude de seu ser pessoal, em sintonia com o da coletividade”, a conclusão implícita dessa afirmação é a de que “cada tempo histórico tem o seu conceito de justiça”.

(Adaptado de: REALE, Miguel. “Variações sobre a justiça”. Disponível em: <http://www.miguelreale.com.br>)

Desenvolva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se em relação ao que se afirma acima e justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	